

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

2.75 Gerenciamento dos riscos financeiros: O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2023.

(a) Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros. **(i) Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 93.929 / R\$ 46.985 em 31 de dezembro de 2023). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating* *Fitch Ratings* e *Standard & Poor's*. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão. **(ii) Contas a receber de clientes:** As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão. A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1.000/ 2021, emitida pela ANEEL. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

	2024				
	Consumidores	Consumidores	Parcela-		
Classe consumidora	Faturados	não faturados	mentos	Total	%
Residencial	685.003	93.264	274.918	1.053.185	57%
Industrial	22.303	28.732	10.348	61.383	3%
Comercial	229.970	73.789	139.151	442.910	24%
Rural	48.809	18.831	31.810	99.450	5%
Poder público	13.978	14.620	72.412	101.010	5%
Iluminação pública	18.717	80	52.771	71.568	3%
Serviço público	4.045	7.360	116	11.521	1%
Concessionárias e permissionárias	-	3.895	-	3.895	1%
Total	1.022.825	240.571	581.526	1.844.922	100%

Classe consumidora	Consumidores	Consumidores	Parcela-	Total	%
	Faturados	não faturados	mentos		
Residencial	707.117	88.914	281.310	1.077.341	52%
Industrial	69.051	32.327	15.260	116.638	6%
Comercial	326.467	77.203	139.791	543.461	26%
Rural	48.745	14.373	32.610	95.728	5%
Poder público	27.789	14.599	67.297	109.685	5%
Iluminação pública	50.047	64	67.252	117.363	5%
Serviço público	10.230	10.632	69	20.931	1%
Concessionárias e permissionárias	–	1.661	–	1.661	0%
Total	1.239.446	239.773	603.589	2.082.808	100%

A Companhia registrou uma PECLD que representa sua melhor estimativa referentes às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 7.2 – PECLD e procedimentos descritos na nota explicativa nº 3.12.2.1 – Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa e perdas efetivas.

	Saldo contábil bruto Parcelamentos	% Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo contábil bruto PECLD	% Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo contábil bruto PECLD	
Faixa (em dias)						
A Vencer	170.811	25,78%	44.035	321.923	2,42%	7.791
A vencer individualizada (a)	151.302	2,42%	3.662	—	—	—
Vencido 1 a 30	12.853	43,50%	5.591	92.044	7,59%	6.986
Vencido 31 a 60	8.826	52,45%	4.629	36.669	23,04%	8.449
Vencido 61 a 90	6.893	56,67%	3.906	21.688	41,59%	9.020
Vencido 91 a 120	6.010	60,03%	3.608	16.128	46,21%	7.453
Vencido 121 a 150	5.036	60,71%	3.057	14.711	48,71%	7.166
Vencido 151 a 180	5.175	61,78%	3.197	12.192	51,36%	6.262
Vencido 181 a 210	5.522	62,32%	3.441	15.092	51,36%	7.751
Vencido 211 a 240	4.975	62,47%	3.108	11.732	51,36%	6.026
Vencido 241 a 270	5.681	63,10%	3.585	14.023	51,36%	7.202
Vencido 271 a 300	5.532	63,98%	3.539	13.051	51,36%	6.703
Vencido 301 a 330	5.855	64,81%	3.795	12.532	51,36%	6.436
Vencido 331 a 360	5.317	65,14%	3.463	10.206	51,36%	5.242
Vencido 361 a 390	5.938	65,30%	3.878	11.313	51,36%	5.810
Vencido 391 a 420	4.488	65,85%	2.955	8.926	51,71%	4.616
Vencido 421 a 450	4.046	65,98%	2.670	8.973	52,56%	4.716
Vencido 451 a 630	25.524	65,98%	16.841	64.090	57,65%	36.948
Vencido 631 a 720	13.673	65,98%	9.021	34.683	74,79%	25.939
Vencido 721 a 810	13.436	92,36%	12.409	21.203	81,42%	17.263
Vencido 811 a 990	27.585	95,57%	26.363	49.974	83,43%	41.693
Vencido 991 a 1080	12.087	95,57%	11.552	29.384	89,42%	26.275
Vencido 1081 a 1170	10.996	95,57%	10.509	27.069	90,03%	24.370
Vencido 1171 a 1350	20.647	95,57%	19.732	48.452	90,03%	43.621
Vencido 1351 a 1530	15.368	95,57%	14.687	47.180	90,03%	42.476
Vencido 1531 a 1710	13.854	95,57%	13.240	36.933	90,03%	33.252
Vencido 1711 a 1890	14.096	95,57%	13.474	42.654	94,12%	40.146
Vencido Maior 1890	—	100,00%	—	—	100,00%	—
Total	581.526		249.947	1.022.825		439.612

(a) Análise individualizada aplicada a parcelamentos com garantia

Aging parcelamento saldos a vencer

	2024				
	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Residencial	95	90.409	12.812	2.109	105.425
Industrial	–	2.836	848	839	4.523
Comercial	10.023	31.181	5.924	14.669	61.797
Rural	2	6.415	3.229	16.959	26.605
Poder público	3.874	9.382	7.244	51.115	71.615
Iluminação pública	12.499	9.260	7.932	22.342	52.033
Serviço público	–	115	–	–	115
Total a vencer	26.493	149.598	37.989	108.033	322.113

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias

	2024					
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias	Total
Residencial	36.791	37.776	31.802	26.218	15.919	148.506
Industrial	825	1.147	1.457	553	1.408	5.390
Comercial	9.715	13.434	18.811	19.424	10.217	71.601
Rural	1.076	1.305	905	816	406	4.508
Poder Público	342	6	50	1	1	400
Iluminação Pública	353	–	84	–	–	437
Total de parcelamentos	49.102	53.668	53.109	47.012	27.951	230.842

PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	% Taxa média ponderada da perda média do não faturado	Saldo PCLD
A Vencer	240.571	2,42%	5.831

PECLD outros

Faixa (em dias)	Outros faturados	% Taxa média ponderada da perda média do faturado	Saldo PECLD outros faturados
A Vencer	4.199	2,42%	102
Vencido 1 a 30	2.856	7,59%	217
Vencido 31 a 60	1.100	23,04%	253
Vencido 61 a 90	12	41,59%	5
Vencido 91 a 120	80	46,21%	37
Vencido 121 a 150	146	48,71%	71
Vencido 151 a 180	(45)	51,36%	(23)
Vencido 181 a 210	77	51,36%	40
Vencido 211 a 240	191	51,36%	98
Vencido 241 a 270	288	51,36%	148
Vencido 271 a 300	170	51,36%	87
Vencido 301 a 330	205	51,36%	105
Vencido 331 a 360	256	51,36%	131
Vencido 361 a 390	300	51,36%	154
Vencido 391 a 420	265	51,71%	137
Vencido 421 a 450	349	52,56%	183
Vencido 451 a 630	2.192	57,65%	1.264
Vencido 631 a 720	2.458	74,79%	1.838
Vencido 721 a 810	1.079	81,42%	879
Vencido 811 a 990	1.589	83,43%	1.326
Vencido 991 a 1080	726	89,42%	649
Vencido 1081 a 1170	799	90,03%	719
Vencido 1171 a 1350	1.467	90,03%	1.321
Vencido 1351 a 1530	1.208	90,03%	1.088
Vencido 1531 a 1710	608	90,03%	547
Vencido 1711 a 1890	1.128	94,12%	1.062
Vencido Maior 1890	-	100,00%	-
Total	23.703		12.438

(iii) **Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros e ativo financeiro da concessão:** A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente; (iv) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (v) referente aos investimentos em cursos e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo de contrato e ativo financeiro da concessão). **(iv) Instrumentos financeiros derivativos:** Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AAA, baseado nas agências de *rating* *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*. **(b) Risco de Liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A Administração da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. As informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 15 – Empréstimos e financeiros e nº 16 – Debêntures. A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de 2,1 (2,2 em 31 de dezembro de 2023). **(f) Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

			Fluxo de caixa				
	Valor contábil	contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1- 2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros							
não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	1.644.329	1.746.477	5.094	187.716	20.018	1.342.863	190.786
Titulos de divida emitidos com garantia	410.233	543.491	—	51.883	47.406	444.202	—
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	2.054.562	2.289.968	5.094	239.599	67.424	1.787.065	190.786
Titulos de divida emitidos com garantia (Debêntures)	3.647.100	5.677.307	82.610	596.416	622.986	2.811.513	1.563.782
Subtotal - Debêntures	3.647.100	5.677.307	82.610	596.416	622.986	2.811.513	1.563.782
Fornecedores	545.894	545.894	258.285	287.609	—	—	—
Fornecedores risco sacado	40.916	40.916	39.010	1.906	—	—	—
Passivo de Arrendamento	3.637	3.637	168	766	873	1.830	—
Subtotal - Fornecedores	590.447	590.447	297.463	290.281	873	1.830	—
Total	6.292.109	8.557.722	385.167	1.126.296	691.283	4.600.408	1.754.568

Os fluxos de saídas, divulgadas na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 15 - Empréstimos e financiamentos e nº 16 - Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro dessa cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido, não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas. **(c) Risco de Mercado:** Risco de mercado refere-se ao risco de alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo também os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado. **(d) Risco de taxa de câmbio:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição ao câmbio é de 18,4% (24,3% em 31 de dezembro de 2023), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira). A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia possui duas dívidas em moeda estrangeira, e ambas possuem swap para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 27.4 – Instrumentos financeiros derivativos. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Operação	Risco	Saldo em R\$ (aproximação)	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial				
			Impacto no resultado				
			Cenário Prévidual	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
			-25%	-50%	-25%	-50%	

Operação
Receives f

Passivos não financeiros						
Empréstimos e financiamentos	US\$	(1.048.977)	(1.138.792)	(1.423.490)	(1.708.188)	(854.094)
Impacto no resultado do exercício				(284.698)	(569.396)	284.698
Swap - Porta Ativa	US\$	1.056.646	1.147.118	1.433.898	1.720.678	860.339
Impacto em outros resultados abrangentes				2.082	4.163	(2.082)
Impacto no resultado do exercício				284.698	569.396	(284.698)
Impacto líquido no resultado do exercício total				-	-	-
Referência para ativos e passivos financeiros						
Dólar US\$ R\$ (% 12 meses)		Taxa projetada	Taxa em 31/12/2024	+25%	+50%	-25%
		6,72	6,19	8,40	10,08	5,04
						3,36

(e) Risco de taxa de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessas variações de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado

no exercício anterior. Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Operação	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros						
	Saldo em R\$	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V	
	Risco (exposição)	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%	
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	842.412	972.228	1.004.682	1.037.136	939.774	907.320
Impacto no resultado do exercício			32.454	64.908	(32.454)	(64.908)	
Passivos Financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(3.935.587)	(4.542.061)	(4.693.679)	(4.845.298)	(4.390.443)	(4.238.824)
	IPCA	(763.152)	(812.299)	(824.586)	(836.872)	(800.012)	(787.726)
Total de passivos financeiros		(4.698.739)	(5.354.360)	(5.518.265)	(5.682.170)	(5.190.455)	(5.026.550)
Impacto no resultado do exercício			(163.905)	(327.810)	163.905	327.810	
Swap – Ponta Passiva	CDI	(832.052)	(960.271)	(992.326)	(1.024.381)	(928.216)	(896.161)
Impacto em outros resultados abrangentes			(1.066)	(2.131)	1.066	2.131	
Impacto no resultado do exercício			(32.055)	(64.110)	32.055	64.110	
Impacto líquido no resultado do exercício total			(163.506)	(327.012)	163.506	327.012	
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa proletrada 31/12/2024	+25%	+50%	-25%	-50%	
CDI (% 12 meses)		15,41%	10,88%	19,26%	23,12%	11,56%	7,71%
IPCA (% 12 meses)		6,44%	4,87%	8,05%	9,66%	4,83%	3,22%

Fonte: B3/Santander

2. Risco de vencimento antecipado: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requer a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 15 – Empréstimos e financiamentos e nº 16 – Debêntures. **(g) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico):** O sistema de produção de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-elétrico de grande porte, com a predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um período prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo (PLD) e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo mediante Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos das Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores o ônus, sinal de custo associado às condições de geração de eletricidade. Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de deplecionamento acentuado dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então. Em 2024, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2025. **(h) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento:** Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contar com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador, conforme previsto em Procedimento de Regulação Tarifária (Submódulo 2.9 do Proret). A ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja alteração, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas. **(i) Risco ambiental:** A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais. Para o controle dos processos e atividades com impactos ambientais, a Companhia utiliza um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como a correlação à legislação vigente. Para tais processos, possui procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos: • Licenciamento Ambiental; • Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressões de Vegetação; • Gestão de Resíduos, Educação e Conscientização Ambiental; • Gestão de passivos e áreas contaminadas; • Gestão de Requisitos Legais; • Gestão de Recursos Hídricos; e • Normatização. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, a Companhia faz a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere à implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Também trabalha com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo à legislação e evitando riscos ao sistema elétrico. No SGA, temos a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executoras de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados à implantação das obras. Também visando a reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos por compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade de árvores de grande porte. **276 Gestão do capital:** A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e do desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. **28. Demonstração dos fluxos de caixa. 28.1 Transações que não afetam caixa.** O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxos de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferência de ativos de contrato para ativo intangível (a)	601.664
Transferência de ativos de contrato para ativo financeiro (a)	148.017
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor (a)	27.748
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas (a)	58.346

Total atividades de investim

Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos (b)	12.524
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa (c)	89.138
Total atividades de financiamento	101.662
Total	937.437

(a) Conforme demonstrado na

(a) Juros de demonstrações nas notas explicativas 12 – Amortização e 13 – Ativos de contrato; (b) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados nos ativos de contrato de acordo com as regras do CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos; e (c) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado. **28.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento**

Fluxo de Pagamento Mudanca no

	2023	caixa	de juros (a)	valor justo	Outros (b)	2024
Empréstimos e financiamentos	1.687.823	120.864	(164.979)	-	410.854	2.054.562
Debitáveis	2.739.555	870.000	(289.099)	-	326.647	3.647.100
Instrumentos financeiros derivativos	57.827	-	(76.597)	89.138	(70.368)	-
Passivos de arrendamento	3.450	(1.283)	(782)	-	2.252	3.637
Total	4.488.652	989.581	(531.457)	89.138	669.385	5.705.299

Fluxo

	2022	caixa	de juros (a)	valor justo	Outros (b)	2023
Empréstimos e financiamentos	1.503.360	291.029	(224.240)	-	117.774	1.687.823
Debêntures	1.845.893	880.000	(21.975)	-	225.724	2.739.552
Instrumentos financeiros derivativos	36.407	-	(94.339)	(14.108)	129.867	57.827
Passivos de arrendamento	13.679	(3.050)	-	-	(7.179)	3.450
Total	3.399.249	1.167.979	(530.554)	(14.108)	466.086	4.488.652

(a) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e (b) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros, e resultado financeiro com operações de instrumentos derivativos. **29. Compromissos futuros:** Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2025	2026	2027	Após 2027 (*)
Energia contratada (em R\$ mil)	2024 a 2035	2.021.685	2.201.108	2.295.337	24.907.752
Energia contratada (em MWh)	2024 a 2035	7.744.726	7.781.501	7.767.115	70.343.098

(*) Estimado em 9 anos após 2025. Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cujas vigências variam de 2 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2025	2026	2027	Após 2027(*)
Arrendamentos e aluguéis (R\$ Mil)	2024 a 2029	934	873	1.001	829